



**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DOS AUTORES  
DE LIVROS  
EDUCATIVOS**

Informativo da  
**ABRALE**

www.abralelivroeducativo.org.br • abrale@abralelivroeducativo.org.br • Informativo nº 32 • Setembro 2008

## Caros colegas,

**EDITORIAL**

Normalmente pode-se esperar um boletim da Abrale em meados do primeiro semestre. Este ano foi diferente: autores voltados para o Ensino Médio fizeram diversas palestras pelo país tendo em vista o PNLEM; autores das séries iniciais estiveram muitíssimo ocupados, tentando atender a um complexo edital para inscrever suas obras no PNLD 2010. Assim, explica-se, ao menos em parte, o atraso deste boletim.

O edital do PNLD 2010, publicado em 14 de janeiro de 2008, além de várias exigências novas, trouxe a grande novidade dos nove anos de Ensino Fundamental. Como se não bastasse, foi atropelado pela publicação do aviso de 06 de março, exigindo que as obras fossem apresentadas em conformidade com as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990; em seguida, foi anunciada a prorrogação, por um mês, das inscrições.

É difícil justificar a pressa em torno das novas regras ortográficas, uma vez que falta ainda a assinatura de um decreto presidencial (que até meados de julho não ocorrerá) e a definição de uma data oficial para a entrada em vigor do Acordo. Há que se considerar, ainda, que em Portugal também não ocorreu a assinatura do Executivo e, segundo definição do Legislativo, as novas regras só valerão em janeiro de 2014. Por outro lado, em Angola e Moçambique, os dois países lusófonos mais populosos do continente africano, o assunto é discutido apenas por alguns intelectuais, não tendo havido nenhuma ação go-

vernamental. Em outras palavras, o Acordo, pelo menos nos próximos anos, vai resultar em inevitável desacordo; daí não compreendermos o açodamento de alguns setores.

Os comentários anteriores não impedem esta diretoria de considerar muito produtivo o diálogo que a Abrale tem mantido com os setores responsáveis pelos programas do livro. Esse diálogo se justifica por, pelo menos, dois motivos: cumprir objetivo de nossos estatutos, propondo idéias que possam contribuir para a melhoria dos programas do livro e da qualidade da educação brasileira; a nova realidade com que os autores têm convivido nos últimos anos, muito distinta daquela de pouco mais de uma década, ou seja, um mercado governamental cada vez maior e um mercado privado cada vez menor.

Reiteramos que esse diálogo tem trazido bons resultados e um dos muitos exemplos pode ser encontrado no mesmo controverso edital que comentamos acima: a **exclusão de obras coletivas**, identificadas na capa por uma pessoa jurídica, uma vez que o edital do PNLD/2010 incluiu um item dizendo que “somente serão aceitas inscrições de obras cujos autores, organizadores ou editores responsáveis sejam pessoas físicas, claramente identificadas na primeira capa do livro.”

Esta Diretoria continuará seu esforço em torno do diálogo durante os meses finais desta gestão, mas espera editais menos complicados e exigências menos inesperadas.

**José De Nicola**

# A escolha do livro didático em discussão: Abrale propõe ações de melhoria

Logo que se iniciou a entrega de livros correspondente ao PNLD 2008, diversos autores procuraram a Abrale trazendo queixas de professores que informavam terem tido sua escolha desrespeitada.

A Abrale sempre considerou importante para os autores que o professor pudesse escolher de forma autônoma seu livro didático; além disso, embora criticamente, a Abrale seguidamente apoiou os programas governamentais do livro. A partir dessas premissas, tornou-se claro que nossa entidade deveria investigar mais a fundo as queixas de autores e professores.

Nos meses de dezembro e janeiro foram analisadas as escolhas de 3 246 escolas estaduais urbanas de 47 municípios distribuídos em 20 estados. Nessa amostra, constatou-se que mais de 20% das escolas não fizeram adequadamente o pedido de livro ou devido a perda de prazo ou a erro nas operações efetuadas no sítio do FNDE.

Em consequência, foi elaborado um documento detalhando e fundamentando essa pesquisa, que incluiu diversas sugestões de melhoria no processo de escolha, particularmente em relação à execução do pedido na internet. Uma audiência foi marcada com o senhor Rafael Torino, Diretor de Ações Educacionais do FNDE para entrega do documento, que também foi enviado ao Ministro da Educação, Fernando Haddad,

ao presidente do FNDE, Daniel Balaban e à Diretora de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica, Jeanete Beauchamp. O presidente da Abrale, mais o diretor que lhes escreve, foram recebidos por Rafael Torino, com o qual foram discutidos os vários itens do documento.

De maneira geral, a iniciativa da Abrale foi bem recebida pelo FNDE e pela Secretaria de Educação Básica do MEC. Motivado por nossos números, o próprio FNDE fez um levantamento completo das escolhas inadequadas. Embora obtendo porcentagem inferior à de nossa amostra, o órgão manifestou o interesse em reduzir os erros na escolha a menos de 10%. O PNLEM 2009, que já está em curso, incorpora mudanças no processo, em direções sugeridas pela Abrale.

O documento teve certa repercussão na grande imprensa e o presidente da Abrale foi procurado pelo jornal O Estado de São Paulo e pela rádio CBN.

A diretoria considera que, com a elaboração e divulgação de seu estudo, representou bem mais do que a continuidade de uma política que defende a autonomia do professorado e a livre circulação de materiais didáticos de diferentes tendências. Foi um serviço público em benefício da educação brasileira.

**Marcelo Lellis**

## Simpósio Internacional do Livro Didático: Educação e Memória

De 5 a 8 de novembro de 2007, o Centro de memória da Faculdade de Educação da USP – CMEUSP –, por intermédio do grupo de pesquisadores do Projeto Temático ‘Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos’, fez realizar na Faculdade de Educação da USP o encontro em epígrafe.

Entre os organizadores figuravam a Professora Doutora Circe Bitencourt, pioneira em nosso país nos estudos históricos sobre livro didático e o Professor Doutor Kazumi Munakata, associado da Abrale. A conferência de abertura esteve a cargo do Professor Doutor Alain Choppin (INRP- França), referência internacional no âmbito da pesquisa sobre livro didático.

A Abrale foi convidada para o evento e o presidente da entidade, José De Nicola Neto, esteve presente na mesa-redonda que debateu o tema Editores, autores e PNLD: diálogos e confrontos. Diversos associados acompanharam as palestras e comunicações. O abralista Marcelo Lellis, apresentou um trabalho sobre o avanço dos sistemas de ensino na rede pública.

Durante os quatro dias do evento, o livro didático foi alvo das mais variadas abordagens, o que tem servido de referência para novas reflexões sobre o tema, bem como sobre o atual processo das políticas públicas, sistemas de avaliação e distribuição de livros didáticos, especialmente o PNLD e PNLEM.

# A adoção de novas regras ortográficas: a manifestação da Abrale

A diretoria da Abrale, sensível às preocupações apresentadas por seus associados, especialmente os autores de livros didáticos para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, manifestou-se, por meio de um ofício encaminhado ao Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), Dr. Daniel Balaban, sobre o aviso publicado em 06 de março de 2008 exigindo que as obras para o Programa Nacional do Livro Didático – **PNLD 2010** fossem apresentadas em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, publicado no Diário Oficial da União.

Considerou-se exíguo o intervalo de tempo transcorrido entre a publicação do adendo ao edital em março de 2008 e a entrega das obras. Após a divulgação da norma referente ao acordo ortográfico,

restariam menos de três meses para que os autores e editores adaptassem suas obras às novas regras. Esse prazo seria particularmente crítico no caso dos livros de Língua Portuguesa, os quais, além da revisão ortográfica, deveriam sofrer alterações em capítulos que abordassem acentuação, emprego do hífen e inclusão das letras k, w e y. De fato, alguns trechos deveriam ser reelaborados por seus autores “a toque de caixa”, o que prejudicaria a pretendida qualidade.

A Abrale propôs então que apenas a partir do PNLD 2011 as obras inscritas devessem ser apresentadas em conformidade com as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Embora esse pleito não tenha sido totalmente atendido, uma semana após o envio do ofício, o FNDE alterou o cronograma, ampliando em um mês os prazos de entrega.

## Uma biblioteca especializada para os abralistas!

É a seção Biblioteca de nosso site. Nela, são colocados estudos significativos que discutem questões importantes para autores, editores e profissionais ligados à área do livro didático em geral.

No momento, a Biblioteca oferece:

- a competente tese de doutorado sobre o mercado de livro didático de Célia Cristina de Figueiredo Cassiano;
- um estudo da Professora Doutora Maria Otília Bocchini (ECA/USP), que deveria ser lido por todos que tratam da programação visual e da edição de didáticos;
- um texto de nosso associado Marcelo Lellis discutindo o avanço dos sistemas de ensino na rede pública;
- um artigo de nosso associado Roberto Catelli

Jr sobre o polêmico tema ‘ideologia e livro didático’;

- um artigo de nosso associado Ernani Terra, com informações práticas sobre o Acordo Ortográfico.

Os três primeiros textos foram apresentados no Simpósio Internacional do Livro Didático (FE-USP-2007).

Lembremos o edital do PNLD 2010, com a determinação de que toda imagem do livro do aluno tenha créditos e legenda. A idéia é correta, mas o resultado polui o livro do aluno. Não seria o caso de ler o texto sobre legibilidade que a professora Maria Otília Bocchini cedeu para nosso site?

Aproveitamos para solicitar a todos os abralistas que enviem textos que julgarem relevantes (de sua autoria ou de outrem) para a nossa seção Biblioteca.

## De olho na pirataria

Foi-se o tempo em que a pirataria se restringia a cópias reprográficas dos livros didáticos. Embora esse procedimento continue existindo e exija nossa constante vigilância, as vias da internet ampliaram as oportunidades de fraude.

Basta pesquisar um pouco para encontrarmos citações inteiras sem indicação de fonte — hábito generalizado por alunos e outros internautas — o que deve ser denunciado.

Mais ainda. Recentemente soubemos de vendas em mídia eletrônica de uma coleção com muitos volumes de autoria de um colega abralista pelo valor de R\$ 30,00. A editora fraudada e a ABDR já tomaram as providências necessárias para coibir esse crime, mas recomendamos aos associados que pesquisem e informem eventuais novos casos suspeitos ao próprio autor, à Abrale ou à ABDR, a fim de proteger nossos direitos autorais.

Entre setembro e outubro de 2007, vários jornais e revistas de grande circulação do país publicaram matérias sobre os livros didáticos brasileiros, em especial os livros de História. A motivação inicial era a suposta ideologia de esquerda presente nessas obras, o que levaria a uma manipulação e até uma possível doutrinação das crianças. E tudo isso feito com dinheiro público, uma vez que a grande maioria dos livros didáticos vendidos no país é originária do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente esses livros para as escolas públicas de todo o país.

Nas matérias publicadas por esses veículos de comunicação, destacam-se manchetes como: “Boa parte dos livros didáticos apresenta distorções ideológicas. Por que elas existem e como comprometem a educação (Revista Época, 22/10/2007)”, “Um livro didático bisonho, encharcado de ideologia” (O Globo, 18/09/2007) ou ainda “Uma guerra ideológica e comercial” Revista Carta Capital (04/10/2007).

Em todas as chamadas destaca-se a palavra ideologia. Nas duas primeiras, a ideologia tem uma forte carga negativa. A presença de um conteúdo de caráter ideológico é visto como um problema dessas obras. No entanto, precisamos primeiramente esclarecer o que se pode entender por ideologia, conceito tão complexo nas ciências sociais.

Ao retomarmos alguns dos pensadores clássicos das ciências sociais, descobrimos que o conceito de ideologia pode assumir diferentes significados. Para Augusto Comte (1798-1857) a ideologia se relaciona a um conjunto de idéias que pode explicar os fenômenos naturais e humanos; sendo assim, ideologia é sinônimo de teoria.

Já para Émile Durkheim (1858-1917) a neutralidade científica deve ser garantida e o sujeito do conhecimento deve estar totalmente separado do objeto do conhecimento. Para isso, ele cria um método de investigação que busca a objetividade sem a interferência de paixões pessoais. Para ele, a ideologia será exatamente o oposto disso, ou seja, é aquele conhecimento que não respeita as idéias científicas de neutralidade e objetividade, é um pensamento vulgar que não tem validade científica.

Por fim, no pensamento marxista,

como explica a filósofa Marilena Chauí:

*“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado”<sup>1</sup>.*

Na visão marxista, a ideologia mascara as diferenças sociais e perpetua as desigualdades sociais. Ela se relaciona diretamente com a luta de classes e caberia aos movimentos sociais desvendar essa falsa representação social. A ideologia seria uma manipulação das consciências dos indivíduos pela classe dominante interessada em preservar seus interesses econômicos.

Considerando essas três concepções, o que se quer dizer quando se afirma que uma obra didática está “encharcada de ideologia”? Poderíamos afirmar que dentro do espírito de Durkheim, essa seria uma obra que não atende aos critérios de objetividade científica e do ponto de vista marxista, que existe uma grande manipulação que oculta a realidade. Certamente os autores dessas matérias jornalísticas não tinham de fato nenhum desses pressupostos. O que de fato está por trás dessas matérias, está mais próximo do pensamento de Augusto Comte: ideologia está sendo tratada como uma teoria, uma forma de explicar o mundo. No entanto, a questão é mais simples do que — creio — proporia Augusto Comte. Os autores das matérias jornalísticas estão de fato preocupados com o suposto

ideário político de esquerda presente em várias obras didáticas. Mas é possível construir uma obra didática sem que transpareça algum ideário, alguma concepção política?

## **Todo discurso possui uma intencionalidade. Nenhum discurso é inocente.**

Definitivamente, não. Toda obra, didática ou não, deixa transparecer uma intenção, um discurso que caminha na direção de um ideário de seu autor. Isso já começa a ocorrer no próprio uso e escolha das palavras. Sobre isso, afirma Adilson Citelli:

*“Se as palavras, por exemplo, nascem neutras, mais ou menos como estão em estado de dicionário, ao se contextualizarem passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Nós iremos viver e aprender em contato com outros homens, mediados pelas palavras, que irão nos informar e formar. As palavras serão por nós absorvidas, transformadas e reproduzidas, criando em circuito de formação e reformulação de nossas consciências”<sup>2</sup>.*

Um contemporâneo da Revolução Francesa, ao comentar os destinos da educação naquela sociedade afirmou: “A sociedade deve colocar ‘a instrução ao alcance de todos’, graças a um sistema de estabelecimentos escolares organizado pelo Estado, rigorosamente neutro em matéria religiosa, mas ensinando uma moral natural e universal e as virtudes sociais e republicanas, realizando, para além das divergências locais, uma unidade em torno da língua francesa”<sup>3</sup>. Quer dizer, o Estado francês deveria ser neutro em matéria religiosa, mas não em política. Ao ser neutro em matéria religiosa já deixa também claro sua defesa do laicismo em oposição ao que tinha sido a educação até então, dominada pelo catolicismo.

Ao investigar vários livros didáticos produzidos no Brasil ao longo do século XX também identificamos que todos os autores claramente defendem um modelo de organização social e política em detrimento de outra.

Em 1924, o professor Rocha Pombo lançou o seu manual de História do Brasil para o curso fundamental. Seu objetivo era fazer um panorama da história brasileira desde 1500 até o começo do século XX. Ao escrever sobre a

Proclamação da República ele afirma:

*“Entre as causas imediatas que determinaram a queda da monarquia é preciso, pois, contar como primeira essa desídia ou indiferença dos grandes chefes políticos pelas instituições; e também, no imperador, umas tantas virtudes que se consideram quase como negativas num chefe de Estado. Foi realmente D. Pedro II um monarca tão pacífico e liberal, e sobretudo de uma tolerância tão completa, que se tem razão para julgar tudo isso mesmo como qualidades intrínsecas do seu caráter do que como falta de confiança na sorte do regime que representava. E até a prova disto deu no dia em que o depuseram, não se surpreendendo com a desgraça.*

*O que se observa é que estamos, nesta época, em presença de um Brasil novo. Mesmo que não se chegasse tão depressa aos acontecimentos de 15 de novembro é fora de dúvida eu as próprias instituições vigentes muitos teria de ceder ao espírito que veio animando toda a nossa história, e que se mostra agora irredutível e imperioso”<sup>4</sup> (sic).*

De maneira sutil ele condena a monarquia, a qual nem mesmo o imperador parecia dar suficiente crédito. Além disso, a república teria animado toda a nossa história, ou seja, era quase que natural que um dia chegássemos a ela.

Já nos anos 1960 surgem os manuais escolares de Educação Moral e Cívica, durante a ditadura militar. Essa se tornou disciplina obrigatória nas escolas e surgiram, então, vários livros didáticos para suprir a demanda. No livro intitulado *Moral e civismo*, afirmava-se sobre a história brasileira que:

*“A sociedade brasileira vai se firmando cada vez mais nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. Em torno dos engenhos vai tomando corpo a vida social brasileira. A aristocracia rural que daí surgiu foi um fator preponderante da colonização.*

*Prosseguindo nas características históricas do Brasil, encontramos o movimento dos bandeirantes, que foi uma grande aventura de conquista. O heroísmo daqueles bravos dilatou as nossas fronteiras.*

*Um surto de independência já passava pelas colônias espanholas. No Brasil também, a consciência do próprio valor começava a tomar corpo, crescendo cada vez mais.*

*Em 1889, a República inaugura um novo período de nossa história. O amor à liberdade levou-nos a participar de duas Guerras Mundiais que abalaram o mundo”<sup>5</sup>.*

Como se percebe, a obra está embebida de um forte nacionalismo próprio daquele momento histórico. Já na capa do livro estão presentes as cores da bandeira. Queriam mostrar o caráter heróico do povo brasileiro, que luta pela defesa da nação e da liberdade. É preciso lembrar que esse nacionalismo procurava endeusar o Estado e minimizar os conflitos sociais. A população deveria seguir cabalmente as posições do governo militar sem fazer questionamentos de qualquer ordem. O amor à pátria deveria ser maior do que a crítica. Por isso, o famoso slogan governamental “Ame-o ou deixe-o”.

Já em 1979, em clima de abertura política, o livro de História intitulado: *Trabalho Dirigido de História do Brasil (TDHB)*, publicado nesse mesmo ano, explicou o golpe militar de 1964 da seguinte forma:

*“A preocupação aumentou ainda mais quando, a 13 de março de 1964, o Presidente, em um comício realizado junto à E.F. Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se reuniram milhares de trabalhadores, para aumentar seus poderes, anunciou a Revisão da Constituição e assinou decretos da reforma agrária, incorporando empresas etc.*

*Imediatamente a oposição se agigantou em todo o país. Os militares e uma parte da classe dirigente do país, apoiados pelo clamor popular, representado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 31/03/1964, depuseram o presidente.*

*Em 15 de abril de 1964, tomou posse no cargo de presidente o General Humberto de Alencar Castelo Branco.*

*De acordo com o que lhe era conferido pelo Ato Institucional no 1, o presidente cassou os direitos políticos dos elementos que pudessem trazer riscos à normalização de nossa situação política”<sup>6</sup>.*

Nessa interpretação, o autor considera que o golpe militar veio para normalizar a nossa situação política até então marcada pela desordem. Há um claro apoio ao golpe militar e uma forte crítica aos movimentos sociais que ganhavam espaço durante o governo de João Goulart.

Em uma visão oposta, a obra *História: caminhos do homem*, publicada em 1991, explica o golpe militar de 1964:

*“Mesmo com plenos poderes, Goulart não conseguiu deter a crescente insatisfação que seu governo despertava em vários setores da sociedade. Inflação, seqüência de greves, progressiva*

*oposição interna e externa, tentativa de implantar uma série de reformas de base (reforma bancária, agrária, educacional, por exemplo) levaram a uma articulação dos meios empresariais com os militares, da qual resultou a derrubada de Goulart, em 31 de março de 1964.*

*Os objetivos dos golpes militares era silenciar, também, os movimentos populares na América Latina, eliminar suas principais lideranças, liquidar com a influência dos sindicatos, desmobilizar o campesinato e, dessa maneira, manter intactas as estruturas de dominação das elites”<sup>7</sup>.*

Aqui, seguindo uma orientação mais próxima do marxismo, a luta de classes é invocada mais de uma vez. São os empresários que articulam o golpe que tem como objetivo desmobilizar e silenciar os movimentos sociais.

Evidentemente não se pode considerar que algum desses autores esteja errado, tratam-se de diferentes concepções políticas. O autor do livro *TDHB* deixa claro que a ordem social deveria ser defendida, enquanto os autores da obra *História: caminhos do homem* valorizam os movimentos sociais e colocam-nos em evidência.

Até mesmo os artigos das revistas que denunciavam a ideologia nos livros didáticos não deixam de incluir seu posicionamento político e seu ideário de organização social. Na matéria da revista *Época*, o jornalista afirma:

*“Em um país democrático, pode-se esperar que os títulos reflitam o amplo espectro ideológico e político da sociedade. Não é o que ocorre. A maioria dos livros – em especial os de História – é simpática ao socialismo e apresenta o livre mercado como um modelo econômico gerador de desigualdade e pobreza. Embora a ênfase seja desequilibrada para a ideologia de esquerda, isso faz parte do jogo democrático. O dado que assusta é a quantidade de distorções que os autores fazem em nome da visão socialista. Existem dois tipos de problemas. O primeiro é a omissão. Ao tratar de revoluções socialistas, como a da China e a de Cuba, vários livros deixam de mencionar o caráter opressivo e ditatorial desses regimes. Além disso, a ideologia leva alguns autores a publicar informações erradas, como dizer que a globalização aumentou a pobreza mundial. Segundo dados da ONU, a abertura do comércio internacional da década de 90 fez com que a renda per capita dos países pobres crescesse mais que a dos países desenvolvidos”<sup>8</sup>.*

Ao defender a presença de um amplo espectro ideológico nas obras didáticas, o autor denuncia as distorções presentes nas obras e já define que o socialismo é um regime político caracterizado pela opressão e que a globalização não gera pobreza. Já está presente nessas poucas frases, sem nenhuma análise substancial, a crítica ao regime socialista e a defesa da globalização na sociedade capitalista. Seria possível listar uma infinidade de autores e textos que fazem a crítica da globalização como concentradora de riquezas. Estariam então todos os autores errados? Trata-se na verdade de um complexo debate que não tem certo ou errado, mas diferentes argumentos e concepções.

Por fim, cabe esclarecer que uma obra didática não pode ser doutrinária, ou seja, ela não pode fazer propaganda política, partidária ou criar artifícios para induzir alguém a se filiar a uma determinada corrente de pensamento. No entanto, como vimos acima, não é possível exigir que as obras sejam isentas de opinião; da mesma forma, as matérias jornalísticas também não são isentas. As obras didáticas devem, sim, apresentar diversas visões de mundo e correntes de pensamento, devem ser plurais o tanto quanto é possível, mas isso também não garante isenção. O discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobrir um pensamento que está subjacente e enraizado em uma obra.

Vale ainda uma última observação. A primeira dessa série de matérias que condenava a manipulação ideológica presentes nas obras didáticas foi publicada pelo jornal O Globo e assinada pelo jornalista Ali Kamel. Essa matéria muito bem redigida critica a obra *Nova História Crítica* de Mario Schmidt. Kamel denuncia a visão excessivamente favorável aos regimes socialistas e a condenação equivocada do capitalismo. Isso ocorre, segundo ele, de maneira maniqueísta, na qual o socialismo aparece como o bem e o capitalismo como o mal. Segundo Kamel:

*“O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários”<sup>9</sup>.*

As críticas de Kamel devem ser examinadas e levadas em conta, mas até mesmo nesse caso a história pode ser escrita de outra forma. Leia o que Mario Schmidt escreve em outro volume da obra sobre o socialismo na extinta URSS:

*“(…) Seu regime político não era nem um pouco democrático. As pessoas não tinham o direito de criticar o governo nem de expressar idéias diferentes da doutrina oficial do Estado. Até mesmo homens e mulheres socialistas foram presos e fuzilados sob a acusação de serem ‘inimigos do socialismo’.*

*Nos anos 80, a economia da URSS entrou em crise. A população não suportava mais a falta de produtos para o consumo e a ausência de liberdades políticas; por fim, houve eleições livres e os comunistas foram derrotados. A URSS desapareceu. Em seu lugar, surgiram inúmeros países, como a Rússia, a Ucrânia e outros que rapidamente se tornaram capitalistas.”*

O autor conclui:

*“O fim do regime socialista na URSS e em outros países da Europa Oriental no final do século XX serviu para convencer a maioria da humanidade de que o ideal socialista não passa de uma utopia. Mas será que a única alternativa para o capitalismo seria mesmo uma sociedade como a que existiu na antiga URSS? Será que a URSS era realmente socialista? O ideal socialista ainda encontrará lugar nos corações e mentes dos jovens do século XXI? As respostas para essas questões, amigos leitores, são vocês que devem encontrar”<sup>10</sup>.*

O mesmo autor, que seria defensor do socialismo, também abre espaço para a crítica em outro volume de sua obra. Ele explicita que talvez um outro socialismo seja possível. Sua crítica ao capitalismo é clara nas pá-

ginas anteriores. No entanto, não deixa de ter uma visão crítica da realidade, propondo o debate se seria válido ou não o socialismo.

Para concluir, é preciso, então, lembrar dos dizeres do historiador britânico E. H. Carr, que certamente valem tanto para os historiadores como para os jornalistas:

*“Os fatos na verdade não são absolutamente como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa”<sup>11</sup>.*

## Notas

- <sup>1</sup> Marilena Chauí. *O que é ideologia?* 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 108-109.
- <sup>2</sup> CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 1986, p. 35.
- <sup>3</sup> Péronnet, Michel. *Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 191
- <sup>4</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1940, p. 560-562
- <sup>5</sup> MOSCHINI, Felipe; Otto Costa; MUSSUMECI, Victor. *Moral e civismo*, 1º volume. São Paulo: Editora do Brasil, s.d., p. 145-147.
- <sup>6</sup> LUCCI, Elian Alabi. *Trabalho Dirigido de História do Brasil (THDB)*, 2º grau. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 231-232.
- <sup>7</sup> MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História: caminhos do homem*. Belo Horizonte: Lê, 1991, p. 87 e 113
- <sup>8</sup> MANSUR, Alexandre; VICÁRIA, Luciana; LEAL, Renata. *Revista Época*, no 492, 22/10/2007, p. 62.
- <sup>9</sup> KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. *O Globo*, 18/09/2007.
- <sup>10</sup> SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 7ª. Série. São Paulo: Nova Geração, 1999, p. 10.
- <sup>11</sup> E. H. Carr. *O que é história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 24.

## AUTOR DE LIVROS EDUCATIVOS: ASSOCIE-SE À ABRALE

**Informativo da ABRALE é uma publicação da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos.**

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 243 – cj. 101 – São Paulo – SP – CEP 04534-010

Telefone: (11) 3168-5737

Abrale na internet: [www.abralelivroeducativo.org.br](http://www.abralelivroeducativo.org.br) ou [www.abrale.com.br](http://www.abrale.com.br)

Endereço para e-mail: [abrale@abralelivroeducativo.org.br](mailto:abrale@abralelivroeducativo.org.br) ou [abrale@abrale.com.br](mailto:abrale@abrale.com.br)

É permitida a reprodução deste material desde que citada a fonte.

Artigos assinados não refletem necessariamente a posição da ABRALE.